

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E SOCIABILIDADE OPERÁRIA NO SINDICATO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE POPULAR DE ENSINO LIVRE NO RIO DE JANEIRO (1904)

Eduardo Carracelas Lamela

Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF-PPGH). Membro do Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA-UFF) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Anarquismo e Cultura Libertária (NEPAN-UERJ). Educador no setor de história do Museu de Ar-queologia de Itaipu (MAI), a serviço do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

RESUMO

64 Apresenta-se a experiência educativa libertária da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), no âmbito do associativismo operário do Rio de Janeiro, em 1904. Como uma organização construída para a educação popular em ação direta, de maneira autogestionária no espaço de sociabilidade do sindicato, por trabalhadores e intelectuais, alguns conhecidos anarquistas, objetiva-se discutir os seus precedentes históricos na cidade, no que se refere à ideia de “instrução” para os operários, entre a segunda metade do século XIX e o início do XX. Nesta experiência autonomista, analisam-se ainda as interlocuções referentes ao conceito de Universidade Popular na França, para explorar as características de preparação, organização e funcionamento da UPEL no seu território, mobilizando os conceitos inter-relacionados de circularidade e de ressignificação das ideias anarquistas.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade Popular; Educação Libertária; Sindicalismo; Anarquismo; Circularidade Cultural.

LIBERTARIAN EDUCATION AND WORKER SOCIABILITY IN THE UNION: THE EXPERIENCE OF THE POPULAR UNIVERSITY OF FREE EDUCATION IN RIO DE JANEIRO (1904)

ABSTRACT

It presents the libertarian educational experience of formation of the Popular University of Free Teaching (UPEL), within the scope of workers' associations in Rio de Janeiro, in 1904. As an organization built for popular education in direct action, in a self-managed manner in the space of union sociability, by workers and intellectuals, some known anarchists, the objective is to discuss their historical precedents in the city, with regard to the idea of "education" for workers, between the second half of the 19 th century and the beginning of the 20th. In this autonomist experience, the interlocutions referring to the concept of Popular University in France are analyzed, to explore the characteristics of preparation, organization and functioning of UPEL in its territory, mobilizing the interrelated concepts of circularity and resignification of anarchist ideas.

65

KEYWORDS

Popular University; Libertarian Education; Unionism; Anarchism; Cultural
Circularity.

INTRODUÇÃO

Há quase cento e vinte anos, na região central do Rio de Janeiro, capital da República, teve lugar uma experiência autonomista e autogestionária no campo da educação popular que, pela sua relevância social, mas também política, não deveria ser ameaçada pelo esquecimento.

O início do século XX no Rio de Janeiro se apresenta como um período de agitação no mundo do trabalho, no que diz respeito às reivindicações que pululavam em torno das questões sociais. Incluíam temas como a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos pagamentos no curto prazo, mas também perspectivas otimistas, revolucionárias e classistas, de transformação da sociedade nos médio e longo prazos. Greves em números ascendentes paralisam importantes categorias operárias, periódicos surgem em números e tiragens surpreendentes, congressos, centros de estudos e federações de trabalhadores apresentam como estratégia de luta a divulgação das ideias libertárias, ampliando assim por meio da propaganda a combatividade do movimento operário.

Foi dentro deste contexto que surgiram no Rio de Janeiro diferentes associações autogeridas que buscavam a transformação social, entre elas sindicatos, escolas, periódicos, ateneus literários, editoras e centros sociais, e até mesmo uma universidade popular. Assim como os jornais operários, e seu papel fundamental de divulgação e mobilização para as lutas, diferentes espaços autônomos do período também contribuíram para a construção das práticas e ideias revolucionárias.

ANTECEDENTES

O associativismo relacionado ao mundo do trabalho não era sem precedentes no passado de lutas relativamente recente da então capital. As experiências organizativas operárias remontam pelo menos à década de 1870, relacionadas com o conjunto de transformações econômicas observadas a partir daí na principal cidade portuária do país, com a disseminação do mercado de trabalho capitalista e o surgimento da indústria, simultaneamente ao incremento da produção manufatureira. Em comparação aos padrões precedentes, significam a

alteração das condições de vida e de trabalho, com destaque para as tantas obras de infraestrutura urbana.

Por isso, não delimitar o estudo do associativismo operário no Rio de Janeiro, e do movimento social anarquista em particular, apenas no período da Primeira República (1889-1930), como de costume pela historiografia especializada, retrocedendo até a década de 1870, tem por objetivo problematizar que a luta contra o autoritarismo é anterior ao aparecimento da vertente anarquista dentro do campo socialista. E como fato histórico, tal luta também se constrói com princípios muito similares aos de apoio mútuo e ação direta. Cujas tradições irão se desenvolver a partir dos acúmulos das lutas sociais territoriais, em suas especificidades.

Considerando que ideias revolucionárias e informações sobre as experiências organizativas no plano internacional foram conhecidas pelos jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro pelo menos desde a Primavera dos Povos, em 1848, e a Comuna de Paris, em 1871, de fato, é justamente na década de 1870 que no Rio de Janeiro irão se observar as primeiras associações classistas, como a Liga Operária, em 1872. Também as primeiras greves de que se têm notícia, como a dos cocheiros e carroceiros em 1873.

A outra questão pertinente para não delimitar o estudo do Anarquismo⁵ apenas no período da Primeira República é problematizar que a luta contra o autoritarismo, permeada dos princípios de apoio mútuo e da ação direta, é, com os matizes das diferentes regiões em que ela se desenvolve como fato histórico, anterior ao aparecimento da tradição do anarquismo no campo socialista. Onde, portanto, essa tradição vai se desenvolver também a partir dos acúmulos das lutas sociais locais, cujas raízes já figuram pelo menos desde o período colonial, com as insurreições, as organizações camponesas, as lutas independentistas e a formação dos quilombos.

⁵ Propõe-se uma distinção epistemológica entre os termos Anarquismo, com A maiúsculo, quando se tratar do movimento social anarquista constituído no âmbito territorial; e anarquismo, iniciando em minúsculo, quando a abordagem se referir a ideologia em geral, internacionalista, que, sempre em processo inconcluso, constantemente ressignificado, irá contribuir com a construção dos movimentos sociais de inspiração libertária nas distintas regiões.

As ideologias cumprem o objetivo de organizar estratégias; o anarquismo surge invariavelmente das camadas oprimidas e exploradas da sociedade, com a construção de relações consistentes e de cumplicidade com o movimento popular. Sendo posteriormente sistematizado em ideias orientadas para a revolução social, antes da constituição dos próprios movimentos sociais em sua cultura política.

Acerca do anarquismo enquanto ideologia política, enfatiza-se que esta é pensada e construída a partir da luta social, a teoria não precede a prática política, aquela é justamente sistematizada a partir da observação desta. Ainda que existam os mais conhecidos teóricos, identificados nos estudos como precursores ou como a “árvore genealógica” (Woodcock, 1983) do movimento, o entendimento da doutrina como um pensamento social vivo, constantemente reinventado através da prática de luta, que acaba extrapolando a ideologia que se constitui a partir do próprio movimento de maneira relacional, envolve considerar os mais diversos matizes históricos dos territórios onde o movimento social se desenvolve, organizado em entidades de classe.

Entre as propostas organizativas e revolucionárias dos movimentos operários em geral, o tema da educação classista, antiautoritária, foi, e de certo modo continua sendo, recorrentemente defendido. Cabe mencionar, ainda que brevemente, uma experiência educativa anterior proposta pela referida Liga Operária, durante o Segundo Reinado brasileiro. Em 1872, foi publicada uma notícia sobre a sua fundação, no Rio de Janeiro.

Segundo as informações, a associação, “que prossegue no seu pensamento civilizador e humanitário”, seria apenas beneficente, um fundo coletivo de apoio aos trabalhadores, que “lança de si qualquer sombra política”. Sobre as atividades desse primeiro encontro, destacam-se a apresentação do projeto de estatutos que seriam debatidos por uma comissão de trabalhadores de diferentes profissões, como maquinistas, tipógrafos, fundidores, músicos, pintores, escultores, sapateiros, construtores navais, pedreiros, ferreiros, alfaiates, caldeiros, polieiros, funileiros, tanoeiros, modeladores, serralheiros, fogueteiros, tanoeiros, calafates e carpinteiros. Todas essas categorias com os seus respectivos



representantes indicados. As quantias agenciadas seriam depositadas no Banco Mauá, e ficou acertado ainda parte da joia de cada associado seria representada “por uma obra útil para a formação da biblioteca operária”. Impressiona o número de aderentes, “até ontem contava 695 sócios”⁶.

Tal iniciativa associativa, cuja fundação esteve a cargo do tipógrafo natural do Rio de Janeiro, Octaviano Hudson (1837-1886), parece ter sido bem acolhida pelos trabalhadores da cidade. Já mês seguinte a primeira reunião, a informação era de que “a Liga Operária conta já um número de mil e quatrocentos associados”⁷. Publicações semanais durante todo o ano de 1872 noticiaram a realização das reuniões – geralmente aos domingos pela manhã, mas também às sextas-feiras no final da tarde, ou seja, em data e hora compatíveis com a jornada dos trabalhadores –, para o debate dos estatutos, a recomendação de chapas e a eleição de diretoria das diferentes categorias reunidas na Liga. O local indicado de funcionamento da primeira sede da associação, no centro, era a Rua do Riachuelo, 15.

O republicano e abolicionista Octaviano, que atualmente dá nome a uma rua no bairro de Copacabana, ficou conhecido também pelas suas atividades de jornalista, poeta e professor. Seu ofício como tipógrafo na Tipografia Nacional possivelmente contribuiu, pela facilidade de acesso às leituras, com a afinidade pela utilização da pena para denunciar as injustiças sociais observadas durante o Segundo Reinado. Como jornalista, escrevia artigos, e também poesias, regularmente em periódicos da cidade, entre eles o Diário de Notícias, A República e o Jornal do Commercio.

Ele vem a público manifestar a satisfação pela aceitação dos trabalhadores da sua apelação aos “meus colegas tipógrafos e para os operários de outras classes” para a criação da Liga Operária. Em nota endereçada aos artistas no Brasil, publicada no jornal A República, afirma a missão da associação, enfatizando a importância da educação:

A igualdade e a fraternidade reinarão nesta associação, composta de nacionais e estrangeiros; a divisa será um por

⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1872.

⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1872.



todos e todos por um. Proteção mútua, união, amor ao trabalho e instrução, tais são os fins da Liga Operária.⁸

Verifica-se, portanto, o tema da instrução em destaque na nota, num momento em que de fato a educação seguia sendo um privilégio para a pequena parcela da população que concentrava recursos.

Em 1873, os estatutos são aprovados oficialmente, como Associação de Socorros Mútuos, pelo decreto 5.353 de 23 de julho de 1873. No artigo segundo, são descritos os fins da Liga Operária:

1º Prestar aos associados necessitados todo auxílio moral e material de que puder dispor.

2º Procurar, por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte das classes operárias, introduzindo melhoramentos em todos os ramos do trabalho artístico e industrial.

3º Propagar a instrução, como o meio mais eficaz de esclarecer que o operário, quer o artista, tanto na invenção, como na prática do trabalho manual.⁹

70

Condizente com a afirmação presente no estatuto sobre “propagar a instrução”, a sociedade, que passou a se definir publicamente como Associação de Socorros Mútuos Liga Operária, organizou cursos noturnos para os trabalhadores.

Em novembro de 1874, uma carta intitulada “Os operários”, assinada por “um sócio”, foi publicada na capa do *Jornal do Commercio*, convidando para a realização de uma festa com o intuito de comemorar a abertura das aulas da Liga Operária. Esta seria realizada no próximo 2 de dezembro, com a anuência de Pedro II, que havia reservado para a solenidade o edifício do Liceu de Artes e Ofícios:

Festa sem dúvida significativa será esta, porque em si encerra um protesto solene contra as hipóteses dos inimigos dos operários, que só viam nessa instituição a hidra da anarquia social, ou a rocha tarpeia de onde seriam atirados aqueles que não se ajustassem aos ditames dos espíritos ferozes dos ignorantes que a constituem.¹⁰

⁸ *A República*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1872.

⁹ O decreto 5.353, de 23 de julho de 1873, pode ser consultado na íntegra em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/191054-approva-os-estatutos-da-associauuo-desocorros-mutuos-liga-operaria.html>.

¹⁰ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1874.

Entre os cursos anunciados no dia da referida solenidade para a instrução dos membros da associação, figuram as aulas de português, francês, inglês, história, geografia, física, química e mecânica aplicadas às indústrias, matemáticas elementares, escrituração mercantil e desenho linear. Nesse ano, a sede da Liga esteve, não mais na Rua do Riachuelo, e sim na Rua dos Ourives, 179, e posteriormente, 118.

Talvez a mudança de local se fazia necessária tendo em vista o crescimento do número de sócios. Em janeiro do ano seguinte, a nota sobre as “aulas noturnas gratuitas” da Liga Operária, alertando para a abertura das matrículas, enfatizava que os cursos, além dos já citados, abrangiam também “o ensino da construção e manejo das máquinas a vapor em geral, da telegrafia elétrica, fotografia, galvanoplastia, arte de carpinteiro e dita de pedreiro”¹¹.

De fato, como veio a público anunciar um dos secretários, a associação necessitava de um edifício de proporções para poder funcionar com todas as suas aulas¹². Com isso foi trasladada a sede para a rua de São Pedro, 200, posteriormente ao número 147 na mesma rua. Portanto, também cursos técnicos profissionalizantes foram ministrados na associação.

Tem-se notícia do funcionamento de tal organização até 1905, quando no início do ano, como de costume, são encontradas informações sobre as assembleias gerais para verificação de contas e eleição das novas administrações.¹³ O progressivo declínio das associações mutualistas nesse momento deve ser compreendido a partir da ascensão dos sindicatos enquanto nova estratégia organizativa de resistência dos trabalhadores cariocas.

A IDEIA DE UNIVERSIDADE POPULAR

Para o administrador da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL) no Rio de Janeiro, Elysio de Carvalho, a origem e a inspiração para a criação desta associação foram as ideias do escritor, escultor e tipógrafo francês Georges Deherme (1867-

¹¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1875.

¹² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1875.

¹³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1905.

1937), reivindicativas de um ensino superior e popular para os trabalhadores.

Em uma conferência proferida no dia de fundação da UPEL, e transcrita posteriormente no jornal operário *O Amigo do Povo*, destaca-se que a ideia de fundar Universidades Populares não era uma novidade, sendo esta instituição inventada na França em 1898. Naquele momento, segundo ele, existiam cerca de 130 Universidades Populares no país europeu, que se apresentavam como “armas de destruição da sociedade burguesa”.¹⁴

Afirmando que era o “sentimento de dever social que move os ânimos”, Elysio, que se apresentava também nesta mesma conferência como admirador de autores como Proudhon, Tolstói, Kropotkin, Reclus, Mirbeau, Ibsen, Anatole France, entre outros, defendia que o surgimento das Universidades Populares pelo mundo marcava um novo momento histórico. Em suas palavras:

A Universidade Popular não é um acidente, uma fantasia de filantropos, é obra dos trabalhadores, responde a uma orientação nova do seu pensamento, corresponde a um movimento histórico real, o da classe proletária, dirigindo-se para a liberdade, é, enfim, uma cooperação moral organizada para a conquista dum poder indestrutível – o do pensamento.¹⁵

Tema fundamental presente no ideário político dos diferentes movimentos libertários surgidos entre finais do século XIX e início do XX foi a preocupação com a instrução das classes trabalhadoras. Com destaque para a circularidade das ideias anarquistas num contexto internacional, onde as trocas de saberes e práticas de luta foram possíveis através das relações de comunicação estabelecidas entre militantes, tanto intelectuais quanto operários, de diversas regiões.

Em geral, esses movimentos de renovação pedagógica apresentavam uma crítica à dificuldade de acesso dos trabalhadores à educação. Essa crítica era feita também aos métodos tradicionalistas da educação autoritária, que acabavam por reproduzir, ou ainda naturalizar, as variadas desigualdades sociais.

A concepção de uma Educação Integral e igualitária foi assumida como uma necessidade prioritária pelos movimentos políticos do período e, mais que isso, foi considerada como

¹⁴ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 9 de abril de 1904.

¹⁵ *Idem*.

instrumento de transformação social, estando a emancipação do trabalhador estreitamente vinculada com a sua formação. O objetivo seria eliminar a desigualdade entre o que era ensinado às classes dominantes e aos trabalhadores, rompendo assim com a divisão arbitrária e opressora entre trabalho intelectual e trabalho manual, onde os primeiros eram preparados para dominar, enquanto os segundos, para obedecer.

Moraes (2015) propõe que a integração das atividades manuais com intelectuais foi fundamental para as propostas revolucionárias socialistas – que almejavam a formação de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Discutindo o surgimento da referida concepção pedagógica no século XIX, partindo de pensadores pré-socialistas e anarquistas, especificamente, Saint-Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837) e Proudhon (1809-1865), analisa que, de maneira geral, os movimentos operários dos séculos XIX e XX acabaram incorporando muitas daquelas ideias e perspectivas pedagógicas em suas agendas políticas, orientadas para a transformação social.

A ideia seria impedir via educação a escravidão intelectual e, portanto, material, do povo trabalhador por parte das classes dominantes. Já Cappelletti (1980), propõe que a denominação “instrução integral”, que corresponderia ao vocabulário pedagógico anarquista do período, utilizada por diferentes autores libertários, pode ser compreendida como um ensino completo que não se limita apenas à formação do espírito, mas também do corpo, integrando assim, trabalho manual com trabalho intelectual.

Somente por meio dessa integração é que seria possível a abolição definitiva das classes, prevista como exemplo no projeto político de Bakunin, e de outros anarquistas em geral, ou seja, um meio eficaz para a construção de uma sociedade livre e igualitária, onde a ciência e as artes tornar-se-iam patrimônio de todos. Cabe ressaltar que o debate, esteve presente, portanto, anteriormente, nas argumentações do anarquista Proudhon, que recomendava uma pedagogia inspirada em valores libertários, em combate ao que considerava como sendo uma educação servil; com reflexos nas discussões levadas a cabo nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Para se ter uma ideia, em um artigo para o periódico *L'Egalité* de 1869 sobre o tema, afirma Bakunin:

Tanto estamos convencidos que la instrucción es la medida del grado de libertad, de prosperidad y de humanidad que una clase tanto como un individuo puede alcanzar, que pedimos para el proletariado no sólo instrucción, sino toda la instrucción, la instrucción integral y completa, de modo que ya no pueda existir encima de él, para protegerle o para dirigirle, es decir para explotarle, ninguna clase superior por la ciencia, ninguna aristocracia de la inteligencia.¹⁶

Em sua origem, a AIT tinha por objetivo geral conquistar a emancipação econômica dos trabalhadores em caráter global, sob os princípios da autonomia, da auto-organização operária. Conforme os próprios estatutos, o proletariado organizado pretendia estabelecer “um centro de comunicação e cooperação entre as sociedades obreiras dos diferentes países e que aspirem ao mesmo fim, a saber: a defesa, o progresso e a completa emancipação da classe operária”, o que deixa explícito o caráter internacionalista da propagação de ideias revolucionárias.

No terceiro congresso da Internacional, que aconteceu entre os dias 6 e 13 de setembro de 1868, na cidade de Bruxelas, foram discutidos temas como o combate às instituições do Estado pelo movimento, a postura dos operários diante das guerras e a questão principal que fora a propriedade privada dos meios de produção. Neste congresso, optou-se por se filiar, quanto aos meios a serem empregados pelos trabalhadores e aos fins almejados, respectivamente, ao projeto mutualista, em curto prazo, e ao projeto coletivista, nos objetivos de longo prazo. Entre os pontos abordados, são relevantes especificamente as deliberações referentes a instrução integral dos trabalhadores, que Samis resume da seguinte forma:

Reconhecendo que no momento era impossível organizar um ensino racional, o congresso sugeria às diferentes seções a abertura de cursos públicos de ensino científico, profissional e produtivo, quer dizer, ensino integral para remediar, tanto quanto possível, a insuficiência da instrução que os operários recebiam no momento. A luta pela redução da jornada de trabalho deveria se articular ao projeto do ensino integral (Samis, 2011: 155).

Entrementes, considerando o fenômeno das universidades populares em finais do século XIX como uma referência

¹⁶ *L'Egalité*, Genebra, 24 de julho de 1869.



essencial para a história da educação popular francesa, Mercier (2001) analisa como este movimento educativo para adultos atraiu militantes trabalhadores e intelectuais, entre escritores, cientistas, professores e artistas, através do objetivo compartilhado de construir uma educação mútua e acessível.

Nascida no contexto político do Affaire Dreyfus, a iniciativa conjugava a forte demanda obreira por uma educação popular com o interesse de certos intelectuais de “ir até o povo”, o que revela também características e ideias condizentes com o humanismo laico presente naquele momento em diferentes grupos sociais e/ou políticos. Segundo Mercier, para analisar a gênese das universidades populares é necessário ainda sublinhar a personalidade do obreiro autodidata Georges Deherme, que foi iniciador do movimento La Coopération des Idées, inaugurado em 1899, num bairro popular de Paris.

Deherme, em sua militância anarquista iniciada ainda na juventude, colaborou em diversos periódicos como *Revue Antipatriote et Révolutionnaire*, *Révolte des Affamés*, *La Révolution Cosmopolite* e *L'Autonomie Individuelle*, todos de finais do século XIX, aderindo ainda a *Ligue Antipatriote*. Será entretanto, a partir de 1890, que o tipógrafo e escultor em madeira concentrará suas energias na militância cultural e na educação popular, participando da fundação em 1892, em conjunto com o filósofo Paul Desjardins, o professor Gabriel Séailles e o economista Charles Gide, da *L'Union pour l'action morale*, uma organização investida com ideologias de ruptura, laica e republicana, animada pelo sentimento de dever social frente as injustiças sociais observadas naquele momento.

Em abril de 1898, funda um grupo de estudos em torno do tema da cooperação das ideias para a instrução superior e a educação ética do povo, onde se propõe organizar o que ele considera como sendo o “núcleo vivo da futura sociedade”, a elite proletária atuante nas cooperativas e sindicatos, por meio da educação social, popular, política e sindical. Em junho do mesmo ano, a iniciativa obtém cerca de setenta aderentes trabalhadores que, entre tipógrafos, desenhistas e escultores, se inscrevem para escutar as palestras sobre temas variados ministrados por professores, advogados e escritores.

Em setembro, Deherme em conjunto com seu companheiro Séailles apresentam o projeto da Universidade

Popular, segundo eles de educação mútua sob o espírito de amizade, recebendo o apoio de grupos bastante diversos, como salienta Mercier:

(...) de los nacionalistas como Barres y Pujo a los intelectuales liberales y reformadores de la Unión para la acción moral como Daniel Halévy, Paul Desjardins, Charles Gide, del muy católico Henri Mazel, fundador de L'Ermitage [La Ermita] al pastor protestante Charles Wagner, de los periodistas moderados del Temps [El Tiempo] a los jóvenes libertarios del Enclos [El cercado] (Mercier, 2001: 119).

Em março de 1899, finalmente, se efetiva a criação da Sociedade das Universidades Populares, participando indivíduos de distintas ideias nesta inauguração da primeira Universidade Popular francesa. As iniciativas se multiplicam rapidamente onde, no momento mais forte do movimento, o ano de 1902, as Universidades Populares contavam com mais de 50.000 membros, entre trabalhadores, em sua grande maioria, e intelectuais.

76

O número de Universidades Populares criadas entre 1899 e 1914 chegou a 230, revelando iniciativas essencialmente urbanas – Paris e seus subúrbios, Ródano e Languedoc são onde se concentram o maior número de universidades, enquanto que no maciço central e a Baixa Normandia elas não são criadas. Para Mercier, este sucesso se relaciona também com o caso Dreyfus que leva à tona as ameaças a República, e o conseqüente interesse dos intelectuais em se voltarem para o aspecto educativo, como uma saída, através do desenvolvimento do espírito crítico da população, para contornar a questão social posta:

La respuesta a la desunión social es la educación. Es una convicción fuertísima y el imperativo pedagógico se impone a todas las familias ideológicas. La meta es el pueblo, elemento sano de una sociedad decadente. «Ir hacia el pueblo» encubre desde luego motivaciones muy complejas: es la consigna de los artistas y de los escritores que se movilizan por la cuestión del arte social; es el credo de los reformadores sociales y de una burguesía progresista inspirada por el solidarismo de Léon Bourgeois, deseoso de educar al pueblo y de formar una potente élite proletaria capaz de conjurar el miedo a las multitudes puestas en tela de juicio por Gustave Le Bon (Mercier, 2001: 120).

Neste sentido, como uma das formas do dreyfusismo militante, o objetivo destes intelectuais é, via educação, difundir o espírito crítico, promover a reflexão. As Universidades Populares, portanto, representam o encontro dos intelectuais

com o povo, um compromisso que revela um uso político da ciência, da pedagogia.

Mercier atenta ainda para o fato de que nas províncias, embora mais lentas as criações, são, entretanto, significativas, especialmente por se beneficiarem da participação de professores de instituto, como antigos membros da École normale supérieure (ENS). Outras futuras personalidades do magistério intelectual e da literatura também passaram pelas Universidades Populares francesas, com destaque para Lucien Lefbvre na Universidade Popular de Besançon, o filósofo, jornalista e ensaísta Alain (pseudônimo de Émile-Auguste Chartier) em La Coopération des idées de Ruán e André Maurois em la Universidade Popular de Elbeuf (Mercier, 2001: 121).

No entanto, a diversidade ideológica dos participantes intelectuais da iniciativa acaba se transformando posteriormente em uma crise permanente que envolve o enfrentamento entre tendências distintas no seio das universidades populares. São principalmente dois pontos de vista em disputa:

Georges Deherme sostenido por los reformadores sociales (Charles Gide, Arthur Fontaine), se esfuerza por promover la educación como forma de sosegar las tensiones. Quiere desdramatizar las pasiones sociales, favorecer la concordia, integrar la clase obrera con el resto de la nación. El compromiso laico viene ligado a un proyecto social solidario según los deseos de la República radical, de Millerand y del gobierno Waldeck-Rousseau. La otra orientación es dominada por el espíritu sindicalista y de lucha de clases: la educación viene a ser un instrumento de emancipación, de combate por el establecimiento de la República social, debe permitir a la clase obrera pesar sobre su destino (Mercier, 2001: 121).

Esta crise seria também resultado de uma relação conflituosa entre intelectuais e trabalhadores no decorrer dos cursos, onde a direção e o funcionamento, a cargo dos intelectuais, que apresentavam uma série de palestras e temas muitas vezes distantes da realidade dos trabalhadores, acabaram promovendo a desconfiança destes e tirando rapidamente a força do movimento, principalmente por ignorar o desejo de autonomia da classe trabalhadora que, portanto, entende a iniciativa como uma tentativa moralizadora e burguesa, desde cima, de uma classe em favor de outra.

Propõe-se que foi justamente a falta de sensibilidade dos intelectuais, ou mesmo a falta de método, que acabou gerando

problemas de comunicação entre estes e os trabalhadores, onde essa tentativa de aproximação de classes acabou gerando resistências. A partir de 1904 se observa a decadência e o desaparecimento destas associações para a instrução popular na França:

Para sobrevivir, la Universidad Popular se adapta: menos conferencias, más actividades recreativas — bailes y excursiones, funciones teatrales —, más servicios sociales — alojamientos para los obreros, lucha contra el alcoholismo, asistencia médica, jurídica y financiera. Quiere dar a sus miembros todas las comodidades de la vida cotidiana y sirve de soporte a nuevas prácticas culturales: deporte, cine, actividades ignoradas de la clase obrera. Esta orientación, a ras de lo cotidiano, favorece la convivencia popular, la socialización de las mujeres y de los niños pero no impide la decadencia — más tardía en provincias que en París — que sólo dejará unas diez Universidades Populares en vísperas de la Primera Guerra Mundial (Mercier, 2001, p. 123).

Antes do momento de decadência na França – de 1904 até as vésperas da Primeira Guerra – a iniciativa das Universidades Populares foi amplamente divulgada pela imprensa, inclusive operária, e assim acabou inspirando ações em outros países.

Na Espanha, por exemplo, a iniciativa foi bem mais duradoura, com uma trajetória centenária desde 1903 até o início do século XXI, sob outras perspectivas e contexto, evidentemente (Moreno Martínez; Sebastián Vicente, 2010).

Já no Brasil, edições do jornal *O Amigo do Povo* de 1903 traziam informações sobre a “educação integral pelo mundo”, fazendo referência à revista de Paul Robin *L'Education Integrale*¹⁷, além de destacar como “assunto importante” um artigo sobre a educação de jovens e adultos¹⁸.

A seguir, os detalhes da criação da UPEL no Rio de Janeiro em 1904, a primeira de que se tem notícia no continente americano, como afirmava Elycio de Carvalho.

PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UPEL

No Rio de Janeiro, o projeto da UPEL foi construído dentro do sindicato. É uma experiência libertária no campo da educação, sobretudo por conta das características

¹⁷ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 24 de outubro de 1903.

¹⁸ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 22 de novembro de 1903.



apresentadas em sua preparação, organização e funcionamento.

A Universidade é em sua constituição fundamentalmente autonomista e autogestionária. Seus principais mobilizadores são conhecidos militantes anarquistas cariocas; embora não o sejam todos os participantes, entre professores e funcionários administrativos. A proposta pedagógica anarquista levada a cabo em ação direta, no ano de 1904, tinha por objetivo fornecer uma “instrução” teórica e prática aos trabalhadores, construindo, via educação classista, antiautoritária, a autonomia.

O termo instrução é observado, portanto, também nas referências à esta iniciativa educacional; indo de encontro especialmente às outras experiências pedagógicas do período, levadas a cabo institucionalmente pela Igreja Católica e pelo Estado, ou seja, em geral fundamentadas por perspectivas da conservação, do status quo dominante. A UPEL deveria também se transformar em um centro de lazer e cultura, comprometido com movimento de libertação dos trabalhadores, e que buscava, sobretudo, formar uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

No primeiro número da revista *Kultur*, criada por Elycio de Carvalho e que passa a noticiar as atividades da Universidade, um artigo de uma página vem convidar o público a participar desta iniciativa, considerada “de uma necessidade inadiável no nosso meio”, especialmente “aqueles que se interessam pelos destinos do proletariado e a todos os elementos conscientes do operariado”, que tem por objetivo “fazer a educação das sensibilidades e a cultura das inteligências”.¹⁹

Segue informando que a associação já contava com um bom número de apoiadores, entre personalidades da ciência, arte e literatura, nomes como Sylvio Romero, José Veríssimo, Vicente de Souza, Araujo Viana, Felisbêlo Freire, Silva Marques, Laudelino Freire, Fausto Cardozo, Borges Carneiro, Antônio Austrégesilo, Carvalho e Behring, Evaristo de Moraes, Deodato Maia, Ovidio Manaya, Alfredo Soares, Pedro Couto, Joel d’Oliveira, Reis e Carvalho, entre outros. Com destaque para o

¹⁹ Revista *Kultur*, Rio de Janeiro, março de 1904.

teor militante do chamamento, que também revela a própria composição da associação:

Nenhuma propaganda é mais fecunda do que essa nova fórmula de ação que tão largamente se pratica ao estrangeiro. Ninguém poderá negar os benefícios que nos ha de trazer essa obra soberba: porque no dia em que o povo tornar-se consciente, a questão social terá sua solução definitiva, e o papel dessa nova associação não é senão o de constituir uma consciência popular. O proletariado compreendeu a necessidade de instruir-se e de apoderar-se das armas poderosas do pensamento. Por toda parte se fundam e se multiplicam essas U. P. destinadas a espalhar entre os trabalhadores as riquezas intelectuais por tanto tempo açambarcadas pelas classes protegidas. O Brasil, onde as correntes filosóficas progressivas se desenvolvem cada vez mais, não podia fugir ao contato dessas ideias vitoriosas. (...) É obedecendo a esta ordem de ideias e como resultado da aproximação de diversos espíritos, dirigidos pelo mesmo ideal, que surge neste momento a U. P. d'E. L., constituída por velhos e novos, proletários das escolas e das oficinas, trabalhadores intelectuais e manuais, imanados pelo mesmo pensamento e tornados solidários para a ação social.²⁰

80

A organização inicial pensada pelos mobilizadores foi por meio de “conferências preparatórias”, que tinham por objetivo a divulgação das ideias, bem como a arrecadação de fundos para a efetiva inauguração dos cursos. Nestas conferências, palestras sobre temas que exaltavam a importância do conhecimento científico e racional para a emancipação dos trabalhadores tiveram lugar de destaque.

Outra característica importante das reuniões foram as diversas formas de arrecadação de fundos e, ao mesmo tempo, de divulgação das ideias anarquistas, como tómbolas de livros, bingos, rifas, além de convites à subscrição de periódicos e à compra de livros de autores libertários, oferecidos em diversas línguas como francês, italiano, espanhol, além das traduções feitas em português.

A realização da primeira conferência preparatória foi previamente comunicada no O Paiz, jornal de grande circulação da capital:

O conselho da administração da Universidade Popular de Ensino Livre realiza amanhã, na sede do Centro das Classes Operárias, a 1 hora da tarde, a primeira conferência pública.

Comunicam-nos que falarão nessa conferência, que o Sr. Dr. Vicente do Souza presidirá, os Srs. Elysio de Carvalho, sobre

²⁰ *Idem.*

a Universidade Popular; Rocha Pombo, sobre a guerra russo-japonesa, e Pereira da Silva, sobre a educação popular.

Os iniciadores da conferência distribuirão pelo auditório brochuras, folhetos e revistas de propaganda social.²¹

Foi, portanto, em 20 de março realizada, nesta conferência, a fundação da UPEL, como uma associação cujo objetivo era apresentar para os trabalhadores um ensino superior, filosófico e científico, segundo os organizadores, comprometido com as “causas práticas” e as “ideias generosas”.

Em 23 de março, outro artigo no mesmo jornal, com o título “Universidade Popular de Ensino Livre”, descreve minuciosamente como se deu esta conferência. Em destaque a colaboração do Centro das Classes Operárias, que cedeu o local para a realização do evento, iniciando pontualmente no horário marcado. Como previsto, Vicente de Souza, então diretor desta associação operária onde aconteceu o evento, tratou dos principais objetivos da UPEL, enfatizando a necessidade de o operariado apoiar esta iniciativa. Discursando por quase duas horas, o que suscitou na assembleia longos aplausos, Elysio de Carvalho apresentou as origens da ideia de criação da Universidade Popular, expondo em seguida suas finalidades práticas. O tema da guerra russo japonesa foi abordado por Francisco Fernandes e Caralâmpio Trillas fez um “caloroso apelo” para a adesão a esta Universidade. A festa causou bela impressão em todo auditório, que aplaudiu calorosamente todos os oradores, segundo o jornal, seguiu-se com a distribuição de diversas brochuras, folhetos, revistas e jornais de propaganda social.²²

Contudo, foi o periódico libertário quinzenal O Amigo do Povo que tratou especialmente da fundação da Universidade, publicando na íntegra a conferência de Elysio de Carvalho. Segundo a reportagem, cerca de trezentas pessoas compareceram ao evento, entre professores, membros da UPEL, intelectuais e propagandistas.

Publicou-se em 2 de abril de 1904, no mesmo jornal, as finalidades da Universidade, descritas por Elysio de Carvalho:

A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade sem distinção de crença nem partido, tem por fim:

²¹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de março de 1904.

²² *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1904.

fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar aos trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecer, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores.²³

A UPEL seria composta por comitês de propaganda e de proteção, além de um conselho administrativo do qual faziam parte Elysio de Carvalho (diretor), Victor Schubnel (secretário), Tito de Miranda (tesoureiro), Mota Assunção, Pereira da Silva, Mariano Ferrer, Amarante Junior e Álvaro Pais, entre outros. Foram, na sequência, apresentados os primeiros professores do ensino superior e os seus respectivos cursos:

Psicologia, Silvio Romero; Biologia, Tacito Cardoso; História das Literaturas, José Veríssimo; História das Civilizações, Rocha Pombo; História das Religiões, Erico Coelho; História das Belas Artes, Araujo Viana; História da Civilização Brasileira, Felisbello Freire; Filosofia, P. de Couto; Economia Social, Manuel Curvello; Higiene, Fábio Luz; História Natural, A. Austregesilo; Moral, Silva Marques; Direito Público e Constitucional, Carvalho e Behring; Direito Internacional, Borges Carneiro; Direito Civil, Laudelino Freire; Antropologia, Vicente de Sousa; Sociologia, Elysio de Carvalho; Matemática, Joel d'Oliveira; Física, Alfredo Soares; Química, Reis e Carvalho; Astronomia, Ovídeo Manuya; Geografia, Pereira da Silva; Arte Decorativa, Elyseu Visconti; etc.²⁴

No terceiro número da Kultur, de maio de 1904, um novo artigo sobre a UPEL fora publicado, agora com a assinatura do operário Carlos de Miranda. Sob o título de “Universidade Popular – para instrução superior e educação social do proletariado”, o autor destaca que a associação foi “calorosamente acolhida”, com um número considerável de aderentes, entre os quais “muitos dos nossos mais conhecidos companheiros”. Miranda enfatiza a atuação do “comitê de propaganda” que, durante os dois meses de atividade, trabalhou realizando conferências periódicas nos centros operários da cidade, e distribuindo mais de 5000 materiais de caráter doutrinário, entre brochuras, jornais, revistas e etc., que foi fundamental para a participação dos trabalhadores:

O proletariado desta capital, concorrendo em massa as conferencias preparatórias, dava nada mais do que uma prova

²³ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 2 de abril de 1904.

²⁴ *Idem*.



do alto interesse que lhe inspirava tão grandioso empreendimento. E tudo isto, portanto, não faz senão preludiar o advento da mais generosa empresa que já surgiu nos nossos tempos em terras brasileiras.²⁵

Publicou-se ainda um balanço financeiro, datado do dia 22 de maio de 1904, e firmado por Elysio de Carvalho, incluindo todas as arrecadações até aquele momento oriundas das tombolas, subscrições e doações, além das despesas com materiais de propaganda e publicações em geral. Tal balancete ilustra propriamente a adesão à associação:

Resultado das tombolas realizadas nesta capital em benefício da U. P.: 1ª tombola rendeu - 39\$000, 2ª - 23\$000, 3ª - 22\$000 e 4ª - 28\$300. Total: 112\$300. Despesas: impressão de 2000 boletins 14\$000, impressão de bilhetes, etc. 13\$000, 4 molduras 12\$000 encadernação de um volume 3\$000, um ex. do Socialism et Philosophie de Loria 4\$000, dois ex. da Sociedade Futura 6\$000, um ex. da Russia Subterrânea 3\$000, remetido ao Amigo do Povo (São Paulo) 12\$000, 6 carretos 8\$000, livro em branco, etc 3\$000 = -78\$000. Fica em caixa 34\$300. Lembramos aos interessados que, como vêm, não entraram nas despesas os livros, brochuras, retratos, gravuras oferecidas para prêmios por Fábio Luz, Rocha Pombo, Luiz Edmundo, Elysio de Carvalho, etc., perto de 500 ex. de diversos folhetos editados em S. Paulo, 300 ex. dos nº 1 e 2 da Kultur, etc. que importam aproximadamente em perto de 400\$000. Estas tombolas foram feitas como simples meio de propaganda em favor da U. P.²⁶

Tivemos notícia ainda de mais cinco conferências preparatórias, realizadas em associações operárias, como a sede do Centro Internacional dos Pintores e a Sociedade Operária do Jardim Botânico, com o mesmo modelo de palestras e tómbolas de livros, até a efetiva inauguração da Universidade Popular, no dia 24 de julho de 1904, quando se iniciam os cursos com os trabalhadores.

O *Correio da Manhã*, outro periódico de grande circulação na cidade, em coluna intitulada “Vida Operária”, anunciava a data prevista para a inauguração da Universidade Popular, 10 de julho, apresentando os cursos que seriam oferecidos. Além dos cursos superiores, já referidos no jornal, teriam início também, logo após a inauguração, cursos práticos de línguas, aritmética, escrituração mercantil, desenho, modelagem, arte decorativa e mecânica aplicada, além de conferências sobre “assuntos de interesse social”, concertos e festas literárias. Destacava-se

²⁵ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro. Nº 03, maio de 1904.

²⁶ *Idem*.



também o seu futuro funcionamento “em sede própria com todas as comodidades”. Na “sede social”, que estaria aberta de 10 às 22 horas, haveria ainda um museu social, uma biblioteca, um salão de leitura, um consultório médico e outro jurídico, um serviço completo de informações e uma livraria. A inscrição poderia ser feita na sede provisória localizada na Rua do Riachuelo, número 204, onde eram fornecidos os boletins de inscrição, os estatutos, os programas e outras informações.²⁷

No entanto, a inauguração aconteceria somente no domingo, 24 de julho, sendo amplamente coberta pelos jornais da época. Segundo o *Gazeta de Notícias* do dia 25, a cerimônia realizada à uma hora da tarde na Praça da República, número 45, fora presidida por Fábio Luz, acompanhado de Felisbello Freire, Elysio de Carvalho e Thomaz Pará, sendo este último representante da Federação dos Estudantes Brasileiros. Nesta sessão inaugural, Elysio de Carvalho discursou sobre o levantamento das classes operárias pelo desenvolvimento da instrução e Felisbello Freire tratou do desenvolvimento econômico do Brasil entre os séculos XVII e XIX. O que chama atenção é que, além dos oradores, encontravam-se presentes deputados, senadores, ao lado de “famílias e cavalheiros representantes de diversas sociedades”.²⁸

O jornal libertário paulista *O Amigo do Povo* também destacou a inauguração da UPEL, referindo-se ao discurso do conhecido anarquista Fábio Luz. Segundo Luz, na ocasião, os poderes públicos haviam informado por meio de seus representantes que era cedo para tratar de Universidades Populares. Em 6 de agosto de 1904, é transcrito neste jornal um trecho do discurso:

Mais uma larga e luminosa senda está aberta para o futuro de paz e justiça, de solidariedade e amor. Que todos aqueles que nos negros das oficinas fuliginosas, nos presídios das fábricas, na galé eterna do trabalho exausto e no doloroso labor diário em bem do explorador; que todos aqueles que aspiram pela emancipação moral e pela libertação econômica, venham aqui buscar um pouco de luz para desbravar o caminho na conquista da cidade futura, feliz e igualitária.²⁹

Quanto aos custos, informava-se que os membros aderentes à UPEL pagavam uma inscrição de 1\$000 e a cotização mensal de 2\$000, não sendo necessárias

²⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1904.

²⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904.

²⁹ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 6 de agosto de 1904.

formalidades para a participação em suas atividades. Quanta razoável pelo que se conhece dos salários correntes dos trabalhadores na capital.

Um exemplo das inúmeras publicações encontradas em diferentes periódicos fluminenses foi a informação no *Correio da Manhã* acerca dos cursos semanais que seriam realizados na Upel:

Hoje, sábado, funcionarão as aulas seguintes: aritmética, pelo professor Joel de Oliveira, das 7 às 8 horas da noite; geografia, pelo professor Pereira da Silva, das 8 às 9, e história das civilizações, pelo professor Rocha Pombo, das 9 às 10.³⁰

Era informado ainda na coluna que as matrículas para os cursos superiores e práticos continuavam abertas e poderiam ser realizadas na secretaria que funcionava na Praça da República, nº 45.

É importante observar a preocupação com a realização dos cursos em horários acessíveis para os trabalhadores, que normalmente aconteciam a partir das 19 horas. As “conferências preparatórias” também foram realizadas sempre aos domingos, o que pode ter sido inspirado na estratégia de Francisco Ferrer que, na Espanha, no caso das escolas modernas, promovia reuniões que competiam com o horário das tradicionais missas, servindo como mais uma forma de combate ao ensino religioso tradicional.

Uma vez mais o *Correio da Manhã*, a respeito da UPEL, comunicava o funcionamento semanal da biblioteca das 10 às 22 horas e a realização, neste dia, dos seguintes cursos: “Pintura e modelagem pelo professor Francisco Sá, das 7 às 8; história da civilização brasileira, pelo professor dr. Felisbello Freire, das 8 às 9; e francês, pelo professor Pedro do Couto das 9 às 10.”³¹

Na mesma semana, além da divulgação dos cursos noturnos, informava-se que estavam disponíveis na associação as aulas diurnas de português, francês e aritmética, bem como os consultórios médico e jurídico. Outra informação importante era que a biblioteca, nos sete últimos dias de julho, fora frequentada por 463 pessoas, um número expressivo.³² Observa-se ainda uma ampliação nos horários dos cursos

³⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904.

³¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1904.

³² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1904.



noturnos, que inicialmente aconteciam entre 19 e 22 horas e a partir de então seriam das 18:40 às 22:15 horas.³³

A partir das fontes apresentadas, pode-se ter uma ideia da aceitação da associação, com as atividades sendo publicadas em diferentes jornais do período, com comentários bastante positivos entre participantes e observadores. Cabe ressaltar como seria relevante encontrar as próprias falas dos estudantes trabalhadores da UPEL em relatos escritos, ou mesmo memórias orais do passado narrado por descendentes, descrevendo suas considerações acerca da experiência. As atas das reuniões realizadas, que provavelmente existiram, também seriam outras fontes relevantes.

Na semana seguinte, era informada a realização de uma reunião com o conselho de administração, para tratar de “assunto que quer resolução urgente”. Embora não se conheça o motivo, podemos inferir que teve relação com o desligamento do corpo docente do professor de matemática, Joel de Oliveira, confirmado no mesmo jornal, e também com a transferência da sede social para o primeiro andar do prédio da Rua São José, nº 15. Durante a semana, comunicava-se ainda que, embora tivesse ocorrido a transferência da sede, os cursos continuavam a funcionar normalmente, e também a conferência social do domingo, na qual discursaria Elysio de Carvalho.³⁴

Dado o contexto social da segunda metade do ano de 1904, de início dos protestos e manifestações contrários a, hoje se sabe importante, porém realizada de maneira autoritária entre os mais pobres, medida governamental de vacinação obrigatória da população. Numa notícia sobre a capital da República publicada em 16 de agosto no jornal *A Federação*, em Porto Alegre, revela-se a tomada de posição quanto a esta questão por parte dos colaboradores da UPEL. No referido artigo, que ressalta as diversas representações populares já em curso em combate à medida, entre elas diversos abaixo-assinados de grupos variados como médicos, engenheiros, advogados, além dos próprios operários que dirigiram ao congresso um apelo contendo mais de 5400 assinaturas, comenta-se uma assembleia extraordinária realizada no Centro das Classes Operárias, onde “operários e acadêmicos” se

³³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1904.

³⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1904.

reuniram para acordar um modo de protestar contra a vacinação obrigatória, resultando em um apelo dirigido ao diretor do centro o dr. Vicente de Souza, também participante da UPEL, que foi transcrito no jornal. Após esta reunião, Vicente de Souza, que havia discursado sobre o assunto, escreveu um convite exortando “ao povo em geral e ao proletariado em particular” para “ir em massa e muito pacificamente ao Palácio do Catete solicitar ao sr. Presidente da República o veto a lei que torna obrigatória o emprego da vacina”³⁵. Logo abaixo da publicação, figuram os grupos que apoiavam a iniciativa, entre eles o seguinte comunicado: “a Universidade Popular resolveu aderir ao movimento popular contra a vacinação obrigatória”³⁶. O que nos demonstra, portanto, a inserção da associação neste âmbito político, participando das manifestações populares e reivindicações sociais dos trabalhadores.

Já em setembro, outra atividade realizada na UPEL é conhecida: um festival Literário. Tal festival foi organizado no próprio salão de conferências da Universidade, na Rua São José, número 15, e teve em seu programa uma conferência sobre a questão social com o dr. Manuel Curvello e uma palestra de Elycio de Carvalho sobre um episódio da vida do anarquista russo Kropotkin. Na sequência, livros, jornais e revistas de “propaganda social” foram distribuídos aos participantes, como de praxe nas reuniões da instituição.³⁷

Contudo, no quarto número da *Revista Kultur*, é comunicado em tom de lamento o fechamento prematuro da UPEL, “vitimada pela ignóbil explosão de baixos interesses de vaidade”. O artigo de Carlos de Miranda, relata que a experiência, que havia contado com a cooperação de dedicados e belos espíritos, sofreu, por outro lado, com um sentimento de ódio e oposição às atividades realizadas, de combate aos organizadores, culminando com campanhas de difamações:

Muitos de nossos camaradas não querem que se ligue unicamente a causa, a causa desprezível a ruína da Universidade; mais nós pensamos que é preciso dizer a verdade como ela é. É preciso dar o seu a seu dono. Foram uns vampiros que mataram Universidade, criando ao redor dela uma atmosfera imprópria de espíritos educados. Honras lhe seja feita. E ainda lhes agradecemos a oportunidade que nos deram de conhecê-los no meio em que vivemos, tomando

³⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 16 de agosto de 1904.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1904.

mais uma lição e fazendo a seleção entre o trigo e o joio que se intromete na boa colheita para inutilizá-la e sugá-la. (...)

Cometemos um crime... espiamos as suas consequências; mas temos no fundo a íntima satisfação que fica do trabalho sinceramente empreendido. Falhou a nossa obra: mas adquirimos novos elementos e novas energias para dedicarmo-nos a causa social com um mais perfeito e seguro conhecimento do meio em que vivemos e de alguns de seus maus pastores.³⁸

A partir de meados de setembro, nota-se, portanto, a ausência de notícias referentes à UPEL naqueles periódicos que divulgavam suas diversas atividades, como os horários e temas dos cursos. Somente no dia 12 de outubro aparece no *Jornal do Brasil* uma nota solicitando o comparecimento de todos os membros da associação à Travessa do Torres, número 17, às 19 horas, onde teria lugar a comissão de verificação de contas. Tratava-se do início do fim daquela experiência, o que nos permite apontar os indícios do que pode ter sido o motivo principal do fechamento da instituição. A partir de então, só foram localizadas referências e avaliações *a posteriori* da experiência educacional, por alguns dos seus colaboradores e participantes.

Para Curvelo de Mendonça, em avaliação posterior ao fechamento, publicada em forma de artigo em *O Paiz*, com o título de “Educação Social do Proletariado”, a efêmera existência da instituição, definida como “uma coisa bela entre as mais belas”, onde a paixão pelas questões sociais “adquiria assim uma feição prática, abandonando o terreno vago e impreciso das ideias”, sofreu com a “intriga”, com “um espírito de maldade” não satisfeito com os rumos desta associação, o que provocou desconfianças entre os operários participantes: “e a universidade, frágil e nova, que se sustentava apenas na solidariedade e no acordo, sem dinheiro e sem recursos materiais, morreu, diante desse único sopro de divergência”.³⁹

Entretanto, para Fábio Luz, em seu “testamento libertário” publicado por Edgar Rodrigues, o fim da UPEL estaria relacionado com os rumos tomados pelo diretor da instituição, Elyσιο de Carvalho:

Depois que os contribuintes para a manutenção das aulas incorreram em faltas graves de administração universitária, sendo responsabilidade por tudo isso o reitor, que era Elyσιο de Carvalho.

³⁸ *Revista Kultur*, Rio de Janeiro, setembro de 1904.

³⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1906.

Este se afastou totalmente e a universidade teve de fechar suas portas.

Elysio foi ocupar um cargo na polícia e chegou a ser diretor do instituto de identificação criminal, debaixo da proteção do atual diretor e redator do Jornal do Comércio, doutor Félix Pacheco, ex-ministro de relações exteriores, deputado e senador. (Luz apud Rodrigues, 1993: 210)

Para Carlo Romani, pesquisador que analisou a trajetória do militante anarquista italiano que imigrou para o Brasil em 1904, Oreste Ristori (1874-1943), em muitos casos os grupos ácratas sofreram com a atitude de estelionatários que se infiltravam nas experiências educacionais para roubar o dinheiro investido pelos associados. Sobre o “caso emblemático” de Elysio de Carvalho, o autor propõe que quando, em outubro de 1904, a UPEL encerrou suas atividades, seu principal administrador desapareceu do convívio de seus companheiros. Alguns anos depois, os companheiros anarquistas acabaram desmascarando a fraude de Carvalho, que seria um policial infiltrado, cujo papel fora ganhar confiança, identificar e vigiar grupos libertários. Um artigo sobre o assunto foi publicado em 1908 no periódico em que colaborava Oreste Ristori, *La Battaglia*, que trazia ainda a foto do vice-diretor do escritório antropométrico da polícia do Rio de Janeiro, o pretense anarquista Elysio:

O senhor Elysio de Carvalho, o intrigante pretense anárquico que fundou no Rio de Janeiro (Brasil) uma revista libertária: KULTUR, que se extinguiu no quinto número, entrou a cerca de seis meses, no serviço da polícia. No nosso movimento, esse malandro, havia, com sua conversa mole, conquistado a estima de muitos companheiros, os quais fizeram do seu melhor para ajudá-lo nas suas iniciativas de propaganda. Com sua ajuda conseguiu fundar uma Universidade Popular que não viveu mais do que alguns dias devido ao seu despótico agir. Mas o nosso homem não perdeu nada, se refez fraudando as economias de um companheiro estivador do Rio.

(...) Em um jornal do Rio – O Diário – denunciou os redatores de A Terra Livre como malfeitores expulsos dos países civilizados, e todos os anarquistas como rufiões, convidando o governo a expeli-los do Brasil.⁴⁰

Romani propõe que o falso educador Elysio de Carvalho enganou não somente seus companheiros, mas também os pesquisadores, entre historiadores e pedagogos, investigadores da educação operária que, por não conseguirem ter acesso a este artigo do *La Battaglia*, acabaram considerando Carvalho como um militante anarquista preocupado com a instrução

⁴⁰ *La Battaglia*, São Paulo, 7 de junho de 1908. Citado por (ROMANI, 2002: 180-181).



popular dos trabalhadores, para o autor, um erro (ROMANI, 2002: 181).

Difícil saber ao certo a complexidade dos fatores que levaram ao fechamento das portas desta associação, por meio das fontes até agora cotejadas. Tudo indica que com a saída de Elysio de Carvalho, para ocupar um cargo na polícia investigativa, a UPEL, que passava por problemas relacionados a questões administrativas ou financeiras, não pôde mais funcionar. Considera-se que o foco de insatisfação por parte dos próprios trabalhadores participantes foi realmente importante, e com motivos, caso tivesse relação com o novo, e impressionante, “ofício” de Elysio.

UMA EXPERIÊNCIA AUTONOMISTA

A experiência autonomista da UPEL se insere num contexto de ações classistas afirmativas, incluindo à participação, não apenas de trabalhadores, mas também de intelectuais que progressivamente se aproximam das temáticas que giravam em torno do mundo do trabalho.

O início do século XX no Rio de Janeiro é historicamente conhecido pelos importantes movimentos grevistas, pelas revoltas populares, pelos congressos operários, dentre outras manifestações combativas, organizativas, dos trabalhadores e trabalhadoras cariocas. O momento em questão era inegavelmente de efervescência sindicalista, sendo tema de diferentes estudos em ciências humanas e sociais.

É justamente a partir deste momento que se verifica a presença de fato de uma cultura política anarquista nas práticas das trabalhadoras e trabalhadores cariocas. Representando o processo segundo o qual as ideias se fundem em ideologias, para comporem as fundamentações dos movimentos sociais, ou seja, orientando de distintas maneiras as suas experiências políticas.

Para além de ocuparem o espaço de sociabilidade da grande imprensa, a partir deste momento serão criados os principais órgãos de propaganda das organizações operárias. Permeados de concepções classistas, os boletins informativos, os semanários, as revistas, entre outros periódicos, são locais privilegiados para identificar a apropriação e a ressignificação

das ideias anarquistas, mobilizadas a partir das experiências e práticas locais. Espaços de denúncia, da organização de protestos e boicotes, utilizados inclusive para rebater os discursos de oposição ao movimento operário proferidos por patrões, pela polícia e pelos próprios jornalistas da grande imprensa, comprometidos com as concepções burguesas dos grupos dominantes.

Conjectura-se para o anarquismo no Rio de Janeiro, enquanto cultura política em formação, que a imprensa periódica como espaço de sociabilidade foi fundamental para a circularidade das ideias, representando um vetor de disseminação, mas também de construção, das ideias libertárias desde a segunda metade do século XIX. Outros espaços primordiais foram os próprios sindicatos e as ruas e praças da cidade, onde de fato se estabelece o cerne dos movimentos sociais revolucionários, constroem-se as ideologias revolucionárias e a solidariedade classista no âmbito territorial.

91

Planejada inicialmente no interior do Centro Internacional dos Pintores, localizado à rua da Constituição, nº 47, na região central da capital, a UPEL é mais um exemplo de espaço de sociabilidade, onde foi organizada uma significativa experiência autonomista, autoinstituinte.

A criação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904, portanto, não deixa de ser mais uma atividade política em sentido amplo, que refuta a política institucional burguesa, propondo, em sua ação direta pedagógica e libertária, a construção qualitativa de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPELETTI, Ángel J. (1980), Francisco Ferrer Guardia y la pedagogía libertaria. Madrid: La Piqueta.

MERCIER, Lucien. (2001), La educación popular a través de la universidad popular en la Francia del primer siglo XX. *Historia de la educación: Revista interuniversitaria*, ISSN 2386-3846, ISSN-e 0212-0267, Salamanca, N° 20, pp. 117-135.

MORAES, José Damiro de. (2015), Educação Integral: notas sobre Charles Fourier, Saint-Simon e Pierre-Joseph Proudhon. *FE/UNICAMP: Revista HISTEDBR On-line*, ISSN 1676-2584, Campinas, n° 64, pp. 191-200.

MORENO MARTÍNEZ, P. L.; SEBASTIÁN VICENTE, A. (2010), Las Universidades Populares en España (1903-2010). *CEE: Participación Educativa*, ISSN 1886-5097, Espanha, N° extra 1, pp. 165-179.

RODRIGUES, Edgar. (1993), Os libertários. Rio de Janeiro: VJR Editores.

ROMANI, Carlo. (2002), Oreste Ristori: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume; FAPESP.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. (2011), Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra.

WOODCOCK, George. (1983), Anarquismo - uma história das ideias e movimentos libertários. Porto Alegre: L&PM Editores.